

UFBA | **70**  **ANOS**

**PROCESSO SELETIVO
VAGAS RESIDUAIS 2016
UFBA**

20

**TEORIA GERAL DO DIREITO
DIREITO CONSTITUCIONAL
REDAÇÃO**

INSTRUÇÕES

Para a realização das provas, você recebeu este Caderno de Questões, uma Folha de Respostas para as Provas I e II e uma Folha de Resposta destinada à Redação.

1. Caderno de Questões

- Verifique se este Caderno de Questões contém as seguintes provas:
Prova I: TEORIA GERAL DO DIREITO — Questões de 01 a 35
Prova II: DIREITO CONSTITUCIONAL — Questões de 36 a 70
Prova de REDAÇÃO
- Qualquer irregularidade constatada neste Caderno de Questões deve ser imediatamente comunicada ao fiscal de sala.
- Nas Provas I e II, você encontra apenas um tipo de questão: objetiva de proposição simples. Identifique a resposta correta, marcando na coluna correspondente da Folha de Respostas:

V, se a proposição é verdadeira;

F, se a proposição é falsa.

ATENÇÃO: Antes de fazer a marcação, avalie cuidadosamente sua resposta.

LEMBRE-SE:

- A resposta correta vale 1 (um), isto é, você **ganha** 1 (um) ponto.
- A resposta errada vale -0,5 (*menos* meio ponto), isto é, você **não ganha** o ponto e ainda **tem descontada**, em outra questão que você acertou, essa fração do ponto.
- A ausência de marcação e a marcação dupla ou inadequada valem 0 (zero). Você **não ganha nem perde nada**.

2. Folha de Respostas

- A Folha de Respostas das Provas I e II e a Folha de Resposta da Redação são pré-identificadas. Confira os dados registrados nos cabeçalhos e assine-os com caneta esferográfica de **TINTA PRETA**, sem ultrapassar o espaço próprio.
- **NÃO AMASSE, NÃO DOBRE, NÃO SUJE, NÃO RASURE ESSAS FOLHAS DE RESPOSTAS.**
- Na Folha de Respostas destinada às Provas I e II, a marcação da resposta deve ser feita preenchendo-se o espaço correspondente com caneta esferográfica de **TINTA PRETA**. Não ultrapasse o espaço reservado para esse fim.

Exemplo de Marcação
na folha de Respostas

01	<input type="checkbox"/>	F
02	<input checked="" type="checkbox"/>	V
03	<input checked="" type="checkbox"/>	V
04	<input type="checkbox"/>	F
05	<input checked="" type="checkbox"/>	V

- O tempo disponível para a realização das provas e o preenchimento das Folhas de Respostas é de 4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos.
-

ESTAS PROVAS DEVEM SER RESPONDIDAS PELOS CANDIDATOS AO SEGUINTE CURSO:

- DIREITO

PROVA I — TEORIA GERAL DO DIREITO

QUESTÕES de 01 a 35

INSTRUÇÃO:

Para cada questão, de **01** a **35**, marque na coluna correspondente da Folha de Respostas:

V, se a proposição é verdadeira;

F, se a proposição é falsa.

A resposta correta vale 1 (um ponto); a resposta errada vale -0,5 (*menos meio ponto*); a ausência de marcação e a marcação dupla ou inadequada valem 0 (zero).

Questão 01

O pensamento jusnaturalista revigorou-se e a sociologia do direito conquistou um lugar ao sol. A atenção dos filósofos do direito deslocou-se para das teorias formalistas para realistas no esforço de preencher o hiato cada vez maior entre teoria e a realidade jurídica, ou para as teorias analítico-linguísticas no esforço de elucidar uso e pressupostos do discurso jurídico. (LOSANO. 2003, p. VII.).

Na leitura desse texto, é possível identificar a presença da discussão acerca das bases para o fortalecimento do realismo jurídico e das teorias do discurso no campo da Teoria Geral do Direito, que debatem o direito não só como forma, mas também como conteúdo.

Questão 02

O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. A prescrição trazida pelo Art. 489 do CPC/2015 veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida. (O JULGADOR não..., 2016).

Pode-se inferir dessa decisão do Superior Tribunal de Justiça que, mesmo com a garantia da celeridade processual, o julgador sempre está obrigado a fundamentar suas decisões.

Questão 03

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou na quarta-feira (15) proposta que define o que é trabalho escravo no Brasil e altera o Código Penal (Decreto-Lei 3.689/41), retirando os termos “jornada exaustiva” e “condições degradantes de trabalho” da definição do crime. (A COMISSÃO de agricultura..., 2015).

Considerando-se a situação apresentada no texto, pela teoria do ordenamento jurídico, o Projeto de Lei não poderá ser votado, pois somente um novo decreto terá o poder de regulamentar e modificar o Código Penal.

Questão 04

A escola da exegese, que emergiu com vigor com a publicação do Código Civil de Napoleão na França, apresenta entre suas características: a concepção estatal do direito; a inversão da relação direito natural e direito positivo, com prevalência do direito positivo, e a interpretação da lei fundada também na intenção do legislador (*voluntas legislatoris*).

Questão 05

Art. 1º: Ao empregado doméstico, assim considerado aquele que presta serviços de forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas, por mais de 2 (dois) dias por semana, aplica-se o disposto nesta Lei. (AO EMPREGADO doméstico..., 2015).

Considerando-se que toda norma jurídica deve conter uma sanção, **é incorreto** considerar, esse Art. 1º da Lei Complementar 150/2015 como dentro da estrutura lógica da norma jurídica.

Questão 06

Lei 8.906, de 04 de julho de 1994 - Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e do da Ordem dos Advogados do Brasil.

Capítulo IX - Das infrações e sanções disciplinares.

Art. 34. Constitui infração disciplinar:

VI - advogar contra literal disposição de lei, presumindo-se a boa-fé quando fundamentado na inconstitucionalidade, na injustiça da lei ou em pronunciamento judicial anterior; (CONSTITUI infração..., 1994).

É possível identificar nesse dispositivo da Lei nº 8.906/1994, ideias do jusnaturalismo que emergem como resultado da crise da exegese e do positivismo legalista, ou seja, como fruto de um processo de busca de legitimação do direito.

Questão 07

Considerando-se que, na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum, pode-se afirmar que, no Brasil, o ordenamento jurídico não está regido pelo princípio de que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

Questão 08

No sociologismo jurídico, eficácia social e formal da norma jurídica se equivalem, pois ambas remetem apenas à possibilidade lógica de aplicação da sanção pelo destinatário da norma.

Questão 09

A experiência política e constitucional do Brasil, da Independência até 1988, é a melancólica história do desencontro de um país com sua gente e com seu destino. Quase dois séculos de ilegitimidade renitente do poder. A ilegitimidade ancestral materializou-se na dominação de uma elite de visão estreita, patrimonialista, que jamais teve um projeto de país para toda a gente. Viciada pelos privilégios e pela apropriação privada do espaço público, produziu uma sociedade com déficit de educação, de saúde, de saneamento, de habitação, de oportunidades de vida digna. (A EXPERIÊNCIA política...).

Considerando-se as ideias contidas no texto e os conhecimentos sobre o tema nele focado, é correto afirmar que a questão da legitimidade, para além da legalidade formal, é exigência formulada pelas teorias críticas do direito.

Questão 10

A proposição de que as cláusulas constitucionais, por seu conteúdo aberto, principiológico e extremamente dependente da realidade subjacente, não se prestam ao sentido unívoco e objetivo que uma certa tradição exegética lhes pretende dar é uma das características do pós-positivismo.

Questão 11

Segundo Norberto Bobbio, o “movimento do direito livre” defendia a liberdade de criação normativa por parte do juiz, sendo contrário ao positivismo estatalista, levando a afirmações, na Teoria Geral do Direito, entre as concepções sociológicas, que isso decorre do efeito da defasagem que se cria entre a lei escrita nos códigos e a realidade social.

Questão 12

Ao propor uma teoria jurídica pura, Hans Kelsen visava, principalmente, garantir que o problema da justiça, como problema valorativo, estivesse situado dentro de uma teoria do direito, para que esta não se limitasse à análise do direito positivo como sendo a realidade jurídica.

Questão 13

A matriz de pensamento do sociologismo jurídico considera a eficácia do direito como variável dependente da sociedade e, para isso, busca a compreensão do direito como norma inscrita no texto constitucional, analisando sua eficácia normativa, a partir do enquadramento constitucional.

Questão 14

Sob a influência da antiga jurisprudência romana costuma distinguir-se entre o direito sobre uma coisa (*jus in rem*) e o direito em face de uma pessoa (*jus in personam*). Esta distinção induz em erro. Também o direito sobre uma coisa é um direito em face de pessoas. Quando, para manter a distinção entre direito real e direito pessoal, se define aquele como o direito de um indivíduo a dispor por qualquer forma de uma coisa determinada, perde-se de vista que aquele direito apenas consiste em que os outros indivíduos são juridicamente obrigados a suportar esta disposição quer dizer: a não a impedir ou por qualquer forma dificultar; que, portanto, o *jus in rem* é também um *jus in personam*. (...) O “domínio” de um, juridicamente, é apenas o reflexo da exclusão dos outros. (KELSEN, 2006, p. 145)

É correto afirmar que, nesse trecho, ao não considerar que, na caracterização do direito real, há uma relação com a coisa, o autor desconsidera como constitutivo do direito real a função social da propriedade.

Questão 15

O enunciado “Dado um fato temporal deve ser a prestação pelo sujeito obrigado frente ao sujeito pretensor, ou, dada a não prestação deve ser a sanção pelo funcionário obrigado face à comunidade pretensora” revela os conectivos da estrutura lógica, imputabilidade própria para descrever a relação jurídica, a partir da proposta lógica disjuntiva egológica.

Questão 16

Levando-se em conta que "a Teoria do Ordenamento Jurídico considera a estrutura não mais da norma isoladamente, mas do conjunto de normas jurídicas vigentes, defendendo a completude desse conjunto, com a Constituição como norma superior", é possível inferir que essa Teoria do Ordenamento se afasta do positivismo jurídico, pois abandona o legalismo para adotar uma perspectiva teórica constitucionalista.

QUESTÕES 17 e 18

A 3ª turma negou provimento a recurso do Ministério Público e manteve a sentença da 4ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais e a absolvição dos réus, que acreditavam agir dentro da legalidade ao explorar máquinas caça-níqueis dentro da Central de Abastecimento – Ceasa/MG. O ato foi por eles assumido, embora tenha ficado provado que desconheciam serem as máquinas estrangeiras e a importação proibida no Brasil. Os equipamentos foram encontrados durante o cumprimento de 24 mandados de busca e apreensão em lojas da Ceasa/MG.

[...]

Portanto, acreditavam estar agindo dentro da legalidade, conforme relatado no processo: “Contexto probatório indica que os réus agiram sob a falsa consciência da licitude da exploração comercial das máquinas caça-níqueis

[...]

O juízo da 4ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais inocentou os réus. (...). (A 3ª TURMA negou..., 2016).

Sobre a situação apresentada, é correto afirmar:

Questão 17

Considerando-se a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, que no Artigo 3º dispõe que "Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece", pode-se inferir que, nessa decisão do Tribunal, vigorou e foi aplicada a literalidade da lei, o “*voluntas legis*”.

Questão 18

No caso descrito, é correto afirmar que há um conflito entre as fontes do Direito, a lei e o costume de uso das máquinas caça-níqueis, o que levou a uma falsa consciência da licitude.

Questão 19

Considerando-se a Resolução nº 9, de 29 de setembro de 2004, do Conselho Nacional de Educação, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito, a qual reza, no seu Artigo 13, que “Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria Ministerial nº 1.886, de 30 de dezembro de 1994 e demais disposições em contrário”; acerca da aplicação das leis, é correto afirmar que há uma perda de eficácia da Portaria 1.886/94, mas a sua validade e a sua vigência são garantidas pelo decurso do prazo denominado *vacatio legis*.

Questão 20

[...] a burguesia chegou ao poder desfraldando a bandeira ideológica do direito natural – com fundamento acima das leis – e, tendo conquistado o que pretendia, trocou de doutrina, passando a defender o positivismo jurídico (em substância, a ideologia da ordem assente). Pudera! A “guitarra” legislativa já estava em suas mãos. A primeira fase contestou o poder aristocrático-feudal, na força do capitalismo em subida, para dominar o Estado. A segunda fez a digestão da vitória, pois já não precisava mais desafiar um poder de que se apossara. É daí que surge a transformação do grito libertário (invocando direitos supralegais) em arrotos sociais de pança cheia (não admitindo a existência de Direito senão em suas leis). (LYRA FILHO, 2006, p. 26.)

Esse texto descreve um ponto de vista da teoria crítica do direito, a passagem histórica do jusnaturalismo para o juspositivismo, pela adoção de uma perspectiva da relação entre classe social e direito.

Questão 21

Em síntese simplificadora, o emprego da lógica formal, a pureza científica, a racionalidade da lei e a neutralidade do intérprete são algumas das principais características da Teoria do Direito na perspectiva do egologismo existencial defendido por Machado Neto.

Questão 22

Considerando-se que, entre as características do culturalismo jurídico, está o ponto de vista epistemológico, em que o conhecimento científico é objetivo, fundando-se na distinção entre sujeito e objeto e no método descritivo, o método científico empregado nas ciências naturais, baseado na observação e na experimentação, deve ser estendido a todos os campos de conhecimento, inclusive ao Direito.

Questão 23

Ao afirmar que os direitos subjetivos públicos são, ao mesmo tempo, momentos de organização da vida social, invariantes axiológicas que podem ser encontrados na Constituição Federal, Miguel Reale desenvolve um exemplo da sua Teoria Tridimensional do Direito.

Questão 24

Sobre modos de interpretação e integração, Tércio Sampaio, na sua obra *Introdução ao Estudo do Direito*, afirma que “o reconhecimento dos costumes como fonte os torna, na omissão da lei, meio de integração *praeter legem*”, sendo possível inferir, dessa passagem, a insurgência legítima, segundo o autor, de uma fonte do direito contra a lei, típica característica do pluralismo jurídico.

Questão 25

É possível identificar uma desconsideração do poder normativo dos grupos sociais como fonte do direito, no Art. 3º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, que determina que “Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece”.

Questão 26

O Artigo 5º, inciso XXXIX da CF/88, ao determinar que não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal, traduz a natureza do princípio da legalidade como norma de direito fundamental.

Questão 27

A Constituição Federal de 1988 determina que não será objeto de deliberação, proposta à emenda que tenda a abolir os direitos e as garantias individuais, sendo correto inferir, desse dispositivo, o conceito de cláusulas pétreas adotado na Teoria do Direito Brasileiro, ressalvando-se, porém, a iniciativa do Presidente da República que pode mudar normas por medida provisória.

Questão 28

A partir de um conceito kelseniano, delimitado na obra *Teoria Pura do Direito*, pode-se chegar à conclusão da importância do elemento formalístico de compatibilidade com normas superiores, como definidor da validade, o que significa que a norma retira fundamento de validade de outra posta superior, tirando todas as normas do ordenamento fundamento de validade no texto constitucional e este numa norma hipotética fundamental superior.

Questão 29

Considerando-se o que dispõe a Lei Complementar nº 150, de junho de 2015, sobre a duração normal do trabalho doméstico, que não deve exceder oito horas diárias e quarenta e quatro horas semanais, e que o trabalho não compensado prestado em domingos e feriados deve ser pago em dobro, sem prejuízo da remuneração relativa ao repouso semanal, é correto afirmar que, no Brasil, de acordo com a Teoria das Fontes, o costume como fonte formal pode ser superior à Lei, havendo, então, possibilidade, juridicamente válida, de realizar o pagamento de horas extras do trabalho não compensado.

Questão 30

Segundo o princípio da legalidade, a administração pública só pode fazer o que a lei determina e, no âmbito das relações entre particulares, o princípio é o da autonomia da vontade, podendo o particular fazer o que desejar, desde que fundamente a oportunidade e conveniência dos seus atos discricionários.

Questão 31

Considerando-se que, entre as críticas ao positivismo jurídico está a do realismo jurídico, que rejeitava a ideia de um conceito de “validade” *a priori*, que colocasse o Direito acima da realidade fática, pode-se inferir que valoriza mais o elemento da eficácia social da norma jurídica.

Questão 32

A coisa julgada e ato jurídico perfeito defendido pelos teóricos do direito natural nem sempre garantem a justiça das normas, apesar de estarem inscritos no direito positivo brasileiro.

Questão 33

AGRAVO DE INSTRUMENTO nº 2243232-25.2015.8.26.0000 SÃO PAULO

Agravante: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Agravada: APEOESP SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Processo nº 1045195-07.2015.8.26.0053

Juiz de Direito: Dr. Luís Felipe Ferrari Bedendi

AGRAVO DE INSTRUMENTO.

EMENTA: Alegada invasão de prédios escolares. Pretensão à emissão de ordem liminar de reintegração de posse. Inadmissibilidade, por não se ver claramente presente a intenção de despojar o Estado da posse, mas, antes, atos de desobediência civil praticados no bojo de reestruturação do ensino oficial do Estado objetivando discussão da matéria. Antecipação de tutela recursal denegada, processando-se o recurso. (ALEGADA invasão..., 2015)

Na análise da ementa apresentada nesse Agravo de Instrumento, são verificados critérios presentes no jusnaturalismo, que justificam o direito de insurgência e revolta.

Questão 34

Artigo 2º. A duração normal do trabalho doméstico não excederá 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) semanais. [...]

§ 4º Poderá ser dispensado o acréscimo de salário e instituído regime de compensação de horas, mediante acordo escrito entre empregador e empregado, se o excesso de horas de um dia for compensado em outro dia. (A DURAÇÃO normal..., 2015).

É correto inferir da análise desse dispositivo da Lei Complementar 150, de 01/06/2015, que o Direito do Trabalho pode ser considerado como ramo do direito privado pelo fato de ser um sistema de princípios e regras destinado a disciplinar as relações jurídicas entre empregadores e empregados, primordialmente, subordinados ao princípio da livre iniciativa e autonomia da vontade, como garantias da segurança jurídica.

Questão 35

No positivismo kelseniano é correto afirmar que, enquanto prescrição, a norma é um comando, é o produto de um ato de vontade que proíbe, obriga ou permite um comportamento, os seus atos, sendo correta a correlação entre essa passagem e as bases da diferença entre causalidade e imputabilidade, ou seja, a noção de norma que tem como premissa a distinção entre as categorias do ser e do dever ser.

PROVA II — DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÕES de 36 a 70

INSTRUÇÃO:

Para cada questão, de **36 a 70**, marque na coluna correspondente da Folha de Respostas:

V, se a proposição é verdadeira;
F, se a proposição é falsa.

A resposta correta vale 1 (um ponto); a resposta errada vale -0,5 (*menos meio ponto*); a ausência de marcação e a marcação dupla ou inadequada valem 0 (zero).

Questão 36

A Constituição Federal de 1988 – CF/88 – pode ser classificada como sintética, tendo em vista a abordagem superficial dos assuntos em seu texto.

Questão 37

Intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio representam limites circunstanciais ao exercício do Poder Constituinte Derivado Reformador.

Questão 38

No Brasil, a Constituição de 1946 inaugurou a tutela do constitucionalismo social, sistematizando direitos dessa natureza a partir da influência internacional das constituições do México, de 1917, e de Weimar, de 1919.

Questão 39

Segundo orientação jurisprudencial, a teoria dos poderes implícitos assegura que competências que sejam meio para o alcance de competências expressas também sejam garantidas no âmbito da Federação.

Questão 40

Conforme prevê a Constituição de 1988, compete aos Municípios a regulamentação de serviços locais de gás canalizado, sendo vedada a expedição de medida provisória nessa regulamentação.

Questão 41

Os juízes de primeiro grau precisam observar a cláusula de reserva de plenário, nos casos de declaração de inconstitucionalidade.

Questão 42

O controle preventivo de constitucionalidade pode ser realizado nos casos de veto por motivo de inconstitucionalidade, também conhecido como veto jurídico, segundo a doutrina.

Questão 43

Em conformidade com a previsão na Constituição de 1988, apenas pode ser proposta ação declaratória de constitucionalidade em se tratando de questionamento envolvendo lei ou ato normativo federal.

Questão 44

Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – STF – entidades de classe de âmbito nacional possuem a prerrogativa de ajuizar ação direta de inconstitucionalidade sem a necessidade de demonstração de pertinência temática.

Questão 45

De acordo com a CF/88, a opção por outra nacionalidade pode levar o brasileiro nato a perder a sua nacionalidade originária.

Questão 46

No Brasil, territórios federais elegem oito deputados federais, guardando paralelismo com a mínima representação parlamentar prevista para os estados federados.

Questão 47

O número de senadores representantes de cada unidade federativa varia conforme a quantidade do eleitorado local.

Questão 48

Tanto o direito à moradia quanto o direito à alimentação integram o rol dos direitos sociais, sendo que fizeram parte do texto originário da Constituição de 1988.

Questão 49

Por meio de lei complementar, a União pode delegar aos Estados-Membros questões específicas das suas competências de caráter privativo, presentes na Constituição.

Questão 50

É possível a intervenção dos estados em municípios, inclusive naqueles eventualmente situados em território federal.

Questão 51

O Distrito Federal é regido por Lei Orgânica, aprovada por meio de procedimento similar ao da aprovação das leis orgânicas municipais.

Questão 52

A ação popular pode ser ajuizada por estrangeiro, tendo por objetivo a importância do combate aos atos de improbidade administrativa e a tutela do meio ambiente.

Questão 53

É assegurada a inviolabilidade de domicílio no Brasil, permitindo-se, excepcionalmente, o ingresso em residência sem autorização do morador, nos casos de flagrante delito e desastre, hipóteses em que é desnecessária ordem judicial prévia.

Questão 54

A iniciativa popular pode ser utilizada em casos de projetos de lei complementar, exigindo-se, para tanto, a subscrição do projeto por ao menos 2% da população nacional.

Questão 55

De acordo com a Constituição de 1988, a apreciação do veto presidencial, por parte de sessão conjunta de deputados e senadores, exige escrutínio secreto e maioria absoluta dos votos dos parlamentares.

Questão 56

No âmbito da imunidade material, os parlamentares são protegidos em suas manifestações associadas ao exercício da função parlamentar, caracterizando a também denominada inviolabilidade.

Questão 57

A atribuição presidencial da concessão de indulto e comutação de penas pode ser delegada ao Procurador-Geral da República.

Questão 58

Em conformidade com a CF/88, sem a licença do Congresso Nacional, o Presidente da República não pode ausentar-se do país por prazo superior a 10 dias.

Questão 59

De acordo com a CF/88, o Presidente da República apenas pode ser preso em casos de superveniência de sentença condenatória, não sendo aplicável, no caso, o princípio da simetria, segundo o STF.

Questão 60

Segundo o STF, no âmbito dos crimes de responsabilidade, após o juízo de admissibilidade realizado pela Câmara dos Deputados, torna-se imprescindível a automática instauração, pelo Senado, do processo de impedimento.

Questão 61

A suspensão do Presidente da República de suas funções por até 180 dias pode acontecer tanto nos casos de apuração do cometimento de crime comum quanto nos de apuração do cometimento de crime de responsabilidade.

Questão 62

O Presidente da República pode solicitar urgência parlamentar na apreciação de projetos de sua iniciativa, o que ocasiona a necessidade de sua apreciação dentro do prazo máximo de 45 dias, sucessivamente, em cada Casa Parlamentar, sob pena do sobrestamento da pauta.

Questão 63

Segundo a Constituição Federal de 1988, o Supremo Tribunal Federal possui competência para processar e julgar a homologação de sentença estrangeira e a concessão de exequatur às cartas rogatórias.

Questão 64

Em se tratando de violação de tratados internacionais de direitos humanos firmados pelo Brasil, compete ao STF processar e julgar incidente de deslocamento de competência ajuizado pelo Procurador-Geral da República.

Questão 65

Entre as competências para processo e julgamento da Justiça Federal, inclui-se a apreciação dos crimes políticos.

Questão 66

O quinto constitucional assegura a escolha de integrantes oriundos da advocacia e do Ministério Público para a composição de alguns tribunais brasileiros, incluindo-se o Tribunal Superior do Trabalho e o Supremo Tribunal Federal.

Questão 67

Segundo o Supremo Tribunal Federal, a Defensoria Pública possui legitimidade ativa para a propositura de ação civil pública para tutela de direitos difusos e coletivos de pessoas necessitadas.

Questão 68

A essencialidade da advocacia enquanto função relevante na administração da Justiça exige a defesa técnica por advogado em processo administrativo disciplinar, segundo entendimento do STF.

Questão 69

A indicação de ministros para o Supremo Tribunal Federal exige que sejam respeitados os critérios de notável saber jurídico e reputação ilibada, apreciados pelo Senado Federal.

Questão 70

A elaboração de enunciado de súmula vinculante, de competência do Supremo Tribunal Federal, exige o respeito ao quórum de 2/3 (dois terços) da Corte, tendo por objetivo central o combate à multiplicação de processos sobre questão idêntica, em casos de matéria constitucional controvertida.

PROVA DE REDAÇÃO

INSTRUÇÕES:

- Escreva sua Redação com caneta de tinta AZUL ou PRETA, de forma clara e legível.
- Caso utilize letra de imprensa, destaque as iniciais maiúsculas.
- O rascunho deve ser feito no local apropriado do Caderno de Questões.
- Na Folha de Resposta, utilize apenas o espaço a ela destinado.
- Será atribuída a pontuação ZERO à Redação que
 - se afastar do tema proposto;
 - for apresentada em forma de verso;
 - for assinada fora do local apropriado;
 - apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato;
 - for escrita a lápis, em parte ou na sua totalidade;
 - apresentar texto incompreensível ou letra ilegível.

Os textos a seguir devem servir como ponto de partida para a sua Redação.

I.

[...] Com algum exagero, quase se pode afirmar que *Raízes do Brasil* não está completando oitenta anos: o livro que gerações de leitores conheceram é, na verdade, de 1948.

Antes de falar no sentido dessa mudança, é preciso delinear, de forma breve, que livro afinal é este. Ensaio enxuto, com menos de 200 páginas, *Raízes do Brasil* compõe um concentrado painel interpretativo da história do Brasil, identificando certos traços fortes da formação nacional. Nos quatro primeiros capítulos, o colonizador português faz um herói ambíguo. Para Sérgio Buarque, os portugueses eram os “portadores naturais” de uma “missão histórica”: a “conquista do trópico para a civilização”. Adaptáveis às condições hostis da natureza e desprovidos de orgulho racial, eles cultivavam um espírito relaxado e aventureiro, que, com a exploração da mão de obra escrava, se provaria eficiente na América. O personalismo ibérico, de outro lado, encontrou terreno próprio na grande propriedade rural, onde a voz do proprietário e patriarca era lei. Desse caldo de cultura aquecido ao sol do Novo Mundo, emerge o tipo social que, com certa ironia, Sérgio Buarque qualifica de “contribuição brasileira para a civilização”: o homem cordial.

TEIXEIRA, J. Clássicos em mutação. **Veja**, ed. 2491, ano 49, n. 33, São Paulo: Abril, p. 84, 17 ago. 2016.

II.

Um fascinante mal-entendido tem assombrado a história cultural brasileira nas últimas oito décadas. Em 1936, ao publicar seu livro de estreia, Sérgio Buarque de Holanda teria identificado o perfil da identidade nacional: a cordialidade. No entanto, para o leitor da obra, essa associação desinibida surpreende. No fundo, *Raízes do Brasil* é um ensaio-manifesto contra a ideia de cordialidade. Sérgio Buarque desenvolveu o conceito para dar conta da formação social brasileira nos séculos nos quais o mundo agrário era dominante. Ao mesmo tempo, ele apostou suas fichas no universo urbano e industrializado, que, em tese, deveria varrer o homem cordial do mapa. No passado agrário, a família patriarcal ditava o tom das relações, forjando uma sociabilidade sujeita aos privilégios deste ou daquele grupo, em lugar de investir num projeto coletivo, corporificado na metáfora do espaço público. [...]

Em *Raízes do Brasil*, a cordialidade não é um traço exclusivamente nacional. Por isso, na imaginação crítica de Sérgio Buarque, a abolição e a urbanização condenariam o homem cordial ao museu da história do Brasil – ruína do passado agrário, a ser devidamente superada pela modernização. Esse é o sentido forte de sua resposta a Cassiano Ricardo: “O homem cordial se acha fadado a desaparecer, onde ainda não desapareceu de todo. E, às vezes, receio sinceramente que já tenha gasto muita cera com esse pobre defunto”. Palavras duras, escritas em 1948, e que esclarecem o tropeço dos que veem no conceito mais uma das perversas maquinações da elite econômica para inventar uma “identidade nacional”, a fim de ocultar desigualdade e injustiças.

TEIXEIRA, J. Clássicos em mutação. **Veja**, ed. 2491, ano 49, n. 33, São Paulo: Abril, p. 86-87, 17 ago. 2016.

III.

A forma como a atual cena política brasileira se apresenta, em meio à propagação de discursos reacionários, parece colocar uma rasura nas ideias da gentileza e respeito às diferenças com as quais o brasileiro costuma ver o próprio país. Uma rasura que remete à ideia do homem cordial, forjada no livro *Raízes do Brasil* (1936), onde o historiador Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) debruça-se sobre as origens da cordialidade nacional.

Teresa Santana, historiadora que assinou o artigo *O nosso fundamentalismo* (2013), confeccionado nas barbas das manifestações de junho de 2013, as maiores desde a redemocratização nacional, fala em “momento apropriado para repensar o caráter do brasileiro”. “Afirmar que somos naturalmente tolerantes é desconhecer o machismo, a homofobia e o racismo que vigoram nos trens, ônibus e vagões lotados. No fundo, se não repensarmos nosso caráter, estaremos condenados a ser uma sociedade autista”.

REZENDE, E. O homem cordial. **Muito**, #417, Salvador, p. 15, 3 jul. 2016. Revista do Grupo A Tarde.

PROPOSTA

Com base nas ideias dos fragmentos em destaque e também nas suas próprias vivências, escreva **um texto argumentativo** em que você discuta criticamente o pensamento da historiadora Teresa Santana: **“Afirmar que somos tolerantes é desconhecer o machismo, a homofobia e o racismo. Se não repensarmos nosso caráter, seremos uma sociedade autista.”**

RASCUNHO

RASCUNHO

REFERÊNCIAS

Questão 01

LOSANO, M. Prefácio de KELSEN, H. **O problema de Justiça**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Questão 02

O JULGADOR não... Disponível em: <http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=EDCI+MS+21315&b=ACOR&p=true&l=10&i=3>. Acesso em: 29 jul. 2016.

Questão 03

A COMISSÃO de Agricultura... Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/486200-COMISSAO-APROVA-PROJETO-QUE-MUDA-DEFINICAO-DE-TRABALHO-ESCRAVO-NO-CODIGO-PENAL.html>. Acesso em: 27 jul. 2016.

Questão 05

AO EMPREGADO doméstico... Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp150.htm>. Acesso em: 29 jul. 2016.

Questão 06

CONSTITUI infração... Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8906.htm>. Acesso em: 29 jul. 2016.

Questão 09

A EXPERIÊNCIA política... Disponível em: < http://www.camara.rj.gov.br/setores/proc/revistaproc/revproc2003/arti_histdirbras.pdf>. Acesso em 25 jul. 2016.

Questão 14

KELSEN, H. **Teoria Pura do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

Questões 17 e 18

A 3ª TURMA negou... Disponível em: <<http://ambito-juridico.jusbrasil.com.br/noticias/372576500/desconhecimento-da-proibicao-de-ser-crime-o-fato-praticado-leva-o-reu-a-absolvicao>> Acesso em 05 ago. 2016.

Questão 20

LYRA FILHO, R. **O que é Direito**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

Questão 33

ALEGADA invasão... Disponível em: < <http://tj-sp.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/262545505/agravo-de-instrumento-ai-22432322520158260000-sp-2243232-2520158260000/inteiro-teor-262545527>>. Acesso em 25 jul. 2016.

Questão 34

A DURAÇÃO normal... Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp150.htm>. Acesso em: 29 jul. 2016.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PROGRAD/COORDENAÇÃO DE SELEÇÃO E ORIENTAÇÃO
Rua Dr. Augusto Viana, 33 – Canela
Cep. 40110-060 – Salvador/BA
Telefax (71) 3283-7820 – E-mail: ssoa@ufba.br
Site: www.vagasresiduais.ufba.br